

# **BNDES Exim Automático: uma análise à luz da legislação africana**

**Hanna de Campos Tsuchida\***

## **Resumo**

O presente artigo sistematiza o resultado da consulta realizada pela Área de Comércio Exterior (AEX) do BNDES a escritórios estrangeiros de advocacia sobre a viabilidade operacional da linha de financiamento BNDES Exim Automático formalizada por meio do desconto de cartas de crédito, à luz da legislação vigente nos países africanos onde estão localizadas as instituições financeiras com melhores perspectivas de parceria operacional com o BNDES, a saber, Angola, Gana, Marrocos, Moçambique, Nigéria e Quênia. A consulta feita aos escritórios estrangeiros analisou aspectos relativos à estrutura documental e operacional que circundam a linha BNDES Exim Automático, municiando a AEX do conhecimento necessário para atuar nos países destacados e possibilitando, ademais, o aprimoramento e a adaptação desse instrumento de apoio às exportações de bens brasileiros às peculiaridades da legislação de cada país estudado.

---

\* Advogada do BNDES. Este artigo é de exclusiva responsabilidade da autora, não refletindo, necessariamente, a opinião do BNDES.

## **Abstract**

This article aims to organize and codify the results of a consulting carried out by the Export Credit Division of BNDES (AEX) to foreign law firms, regarding the operational feasibility of the BNDES Exim Automatic formalized through the discount of letters of credit, given the laws of African countries in which financial institutions offer better perspectives for an operational partnership with the BNDES, namely, Angola, Ghana, Morocco, Mozambique, Nigeria and Kenya. The consulting to the foreign law firms analyzed aspects of the documentation and operational structure formerly conceived to the BNDES Exim Automatic, providing AEX the necessary knowledge to work in the above mentioned countries and enabling, moreover, the improvement and adaptation of this instrument of supporting the exportation of brazilian goods to the peculiarities of the laws of the indicated countries.

## Introdução

A linha de financiamento BNDES Exim Automático foi incluída nas Políticas Operacionais do BNDES<sup>1</sup> em setembro de 2013, no âmbito do produto BNDES Exim Pós-embarque, como resultado de intenso trabalho da Área de Comércio Exterior (AEX) do BNDES voltado a ampliar o apoio à comercialização de bens brasileiros destinados à exportação.

De forma complementar às linhas tradicionais do produto BNDES Exim Pós-embarque, a linha BNDES Exim Automático pretendeu criar um instrumento mais competitivo e ágil reservado ao exportador brasileiro de bens, notadamente de bens de capital, por meio da concessão de linhas de crédito a bancos no exterior. Para tanto, fixou novos critérios de precificação e estabeleceu procedimentos operacionais simplificados, confirmando-se como importante alternativa de financiamento à exportação de bens brasileiros, em operações cujo valor não ultrapassa dez milhões de dólares estadunidenses, pelo prazo de até cinco anos.

Destaca-se que a linha BNDES Exim Automático inovou a forma usual de concessão de financiamentos pela AEX, não apenas no que tange a aspectos operacionais, mas também à construção de

---

<sup>1</sup> Os formulários e normas operacionais do BNDES Exim Automático, apresentados nas Políticas Operacionais do BNDES, podem ser encontrados nos documentos: “Normas Operacionais: linha de financiamento BNDES Exim Automático: regulamento” e “Normas Operacionais: produto BNDES Exim Pós-embarque: linha de financiamento BNDES Exim Automático: capítulo II: procedimentos operacionais das operações formalizadas por meio de desconto de cartas de crédito”, disponíveis em <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. É importante observar que as Políticas Operacionais são atualizadas periodicamente e que os procedimentos relatados neste artigo correspondem às condições vigentes à época de sua publicação.

uma rede de instituições financeiras parceiras do BNDES no exterior. Essas parcerias foram inicialmente travadas com bancos constituídos em países da América Latina, como Argentina, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. Entretanto, tendo o Brasil despontado como fornecedor de bens de capital para países da África e com a perspectiva de expansão de financiamentos para a região, tornou-se imperiosa a busca de novas parcerias operacionais.

A exemplo do ocorrido quando do fomento da linha BNDES Exim Automático nos países da América Latina, a implantação desse instrumento de apoio às exportações brasileiras em países africanos também teve de se render a minuciosa análise jurídica sobre sua viabilidade operacional à luz da legislação africana vigente. Desse modo, a AEX realizou consulta a escritórios estrangeiros de advocacia, para a emissão de opinião legal, nos países africanos em que estão constituídos os bancos com maiores perspectivas de parcerias operacionais, quais sejam, Angola, Gana, Marrocos, Moçambique, Nigéria e Quênia. O resultado desse trabalho está sistematizado no presente artigo.<sup>2</sup>

## Sistemas de direito na África

A consulta realizada aos escritórios estrangeiros revelou a adoção pelos países africanos de dois sistemas jurídicos proeminentes do direito contemporâneo: o sistema romano-germânico e o da *common law*. Tal diferenciação surge como decorrência direta da colonização europeia sofrida pelas comunidades africanas no século XIX

---

<sup>2</sup> A consulta aos ordenamentos jurídicos dos países da América Latina e da África do Sul foi sistematizada no artigo “BNDES Exim Automático: uma análise à luz da legislação estrangeira”, publicado na *Revista do BNDES* 41, em junho de 2014.

e reflete a fórmula de administração adotada pelos colonizadores ingleses e latinos.<sup>3</sup>

Com efeito, durante séculos, no chamado período pré-colonial, houve a predominância de um direito consuetudinário nas comunidades da África ao sul do Saara, essencialmente dividida por diversas regiões e etnias. E, embora não se possa identificar um direito consuetudinário comum a todas as tribos africanas, em virtude das acentuadas diferenças existentes entre elas, os costumes dessas comunidades expressavam invariavelmente a ordem social existente, pautada numa concepção de justiça reconciliadora, em busca da harmonia e paz entre os indígenas.

---

<sup>3</sup> A referência a sistemas de direito é feita meramente para destacar as semelhanças e diferenças que existem entre os diversos direitos do mundo contemporâneo e estão longe de retratar toda a realidade do universo jurídico existente.

O sistema de direito romano-germânico teve sua origem na Europa, no seio de universidades de países latinos e germânicos, que desenvolveram uma ciência jurídica comum com base no direito romano, visando regular as relações entre os cidadãos no mundo moderno. O direito civil é elencado como o ramo central desse sistema jurídico, a partir do qual todos os demais ramos são desenvolvidos, e suas regras de conduta estão ligadas à justiça e à moral. No século XIX foi atribuída grande importância à lei e os países pertencentes ao sistema de direito romano-germânico dotaram-se de “códigos”.

O sistema da *common law*, por sua vez, toma por base regras individuais e concretas proferidas por juizes, que visam dar solução a uma controvérsia e restabelecer a ordem perturbada. Essas regras, portanto, não pretendem estabelecer as bases de uma sociedade e se contrapõem às normas gerais e abstratas, afetas à família romano-germânica, voltadas à regulação de comportamentos futuros. O sistema da *common law* abarca o direito da Inglaterra, bem como de todos aqueles que adotaram o direito inglês como modelo.

Destaque-se que a expansão dos direitos romano-germânicos e do sistema da *common law* pelo mundo deveu-se, primordialmente, aos fenômenos da colonização e da recepção voluntária, esta última praticada pelos povos desejosos de se modernizar e ocidentalizar (DAVID, 2002).

Identificam-se, também, nos costumes africanos, influências do islamismo desde o século XI e, a partir do século XIX, do cristianismo consequente à fixação dos europeus no continente. A islamição e a cristianização das tribos foram responsáveis por retirar o caráter necessário dos costumes até então seguidos, os quais foram perdendo gradualmente seu fundamento sobrenatural e mágico.

Mas foi com a colonização europeia do século XIX que os costumes das comunidades africanas sofreram a maior transformação. Com a passagem para o modelo de civilização imposto pelos colonizadores, os costumes outrora praticados, quando não completamente eliminados pelas potências colonizadoras, tiveram de ser adaptados para a nova realidade que se impunha.

Simultaneamente a essa transformação, os colonizadores europeus criaram um direito moderno para regular tanto os domínios não alcançados pelo direito consuetudinário quanto os domínios para os quais os costumes não ofereciam respostas adequadas, transpondo para as colônias africanas os fundamentos e concepções vigentes em seus respectivos territórios.

Com o acesso dos países africanos à independência, a evolução sofrida desde o período da colonização foi institucionalizada. Os estados novos não apenas reconheceram o direito de inspiração europeia, como também buscaram aperfeiçoá-lo, reafirmando os valores da tradição. Grandes códigos e leis, frutos desse trabalho, foram publicados para fornecer as bases para a sociedade que se pretendia criar, ao mesmo tempo em que costumes antigos continuavam a ser praticados por camponeses, que ignoravam o direito das cidades e viviam como os antepassados.

O fenômeno da colonização, portanto, desempenhou papel primordial na difusão dos sistemas de direito europeu no território africano. Os estados que se originaram da colonização inglesa,

tais como Gana, Nigéria e Quênia, são considerados hoje países de *common law*, enquanto os originários da colonização latina, como Angola, Marrocos e Moçambique, adotam atualmente o sistema de direito romano-germânico.<sup>4</sup>

## A linha BNDES Exim Automático

A linha BNDES Exim Automático foi inserida nas Políticas Operacionais do BNDES contemplando duas maneiras de formalização do financiamento ao banco no exterior, que poderá ser instrumentalizado tanto por meio da celebração de um contrato de financiamento quanto pelo desconto de cartas de crédito.

Na primeira maneira de formalização, após a aprovação da abertura de uma linha de crédito para o banco no exterior, o BNDES deve firmar um contrato “guarda-chuva” com a instituição financeira, no qual serão estipulados os termos, procedimentos e condições dos financiamentos a serem concedidos.

Nesse cenário, para que uma operação de exportação de um bem brasileiro possa receber apoio financeiro no âmbito do contrato firmado, ela deverá ser objeto de termo de adesão ao contrato, emitido pelo banco no exterior e homologado pelo BNDES. Uma vez reali-

---

<sup>4</sup> Gana, Nigéria e Quênia, países de *common law*, usam como fonte normativa o direito inglês, que ainda hoje é aplicado em determinadas situações por seus tribunais. O direito consuetudinário continua sendo praticado por comunidades locais em Gana e na Nigéria, observando-se neste último país grande influência de leis islâmicas.

O sistema de direito romano-germânico adotado por Angola e Moçambique tem por fundamento o direito português, em razão da colonização sofrida por esses dois países. O sistema legal de Marrocos, por sua vez, sofreu influências do direito francês e das tradições islâmicas e judaicas. (Nota elaborada pela autora, com base no livro *Os grandes sistemas do direito contemporâneo* de René David, publicado em 2002, e em informações extraídas dos pareceres resultantes de consulta realizada aos ordenamentos jurídicos africanos.)

zada a exportação, que deverá ser comprovada documentalmente ao banco no exterior, ele expedirá uma autorização de desembolso ao BNDES, para que possa ocorrer a liberação de recursos ao exportador brasileiro, em reais, no Brasil. Por meio dessa autorização de desembolso, o banco no exterior torna-se devedor do BNDES, sendo que sua dívida deverá ser paga em conformidade com os termos e as condições estabelecidas no referido contrato “guarda-chuva”.

A outra maneira de formalização prevista pela linha BNDES Exim Automático, conforme mencionado, instrumentaliza-se por meio do desconto de cartas de crédito, cujos direitos creditórios são cedidos pelo exportador ao BNDES.

Nessa estrutura, o financiamento concedido ao importador de bens brasileiros pelo banco no exterior é representado pela emissão de uma carta de crédito, instrumento de cobrança largamente utilizado no comércio exterior, que consubstancia uma obrigação firme de pagamento pelo banco que a emite, uma vez comprovada documentalmente a exportação nas condições estipuladas pela carta. Essa operação de exportação de bens brasileiros financiada pelo banco no exterior, quando homologada pelo BNDES e cursada no âmbito da linha de crédito concedida ao banco no exterior, será refinanciada pelo BNDES, que se tornará o novo credor da operação ao descontar as cartas de crédito cujos direitos creditórios foram a ele cedidos. Nesse contexto, o BNDES assume o risco de crédito do banco no exterior, bem como o risco político do país em que está localizado.

## **A consulta à legislação africana**

Após as tratativas iniciais com bancos localizados na África, a AEX entendeu ser adequado operar nos países africanos por meio da linha BNDES Exim Automático formalizada pelo desconto de carta



de crédito, uma vez que a carta constitui instrumento de pagamento já conhecido dos bancos africanos, o que facilita sobremaneira as negociações e abrevia o início das parcerias operacionais.

Além disso, em virtude dos diversos sistemas de direito existentes na África, a assinatura de um contrato de financiamento demandaria uma análise minuciosa de ordenamentos jurídicos ainda muito permeados por costumes locais, o que não justificaria a opção por essa maneira de formalização.

## **Aspectos analisados**

Ainda que em larga medida conhecida e utilizada pelos bancos africanos, a carta de crédito, quando inserida na estrutura da linha BNDES Exim Automático, acaba circunscrita a uma série de documentos e se sujeita a rito procedimental específico, que impõe uma análise mais apurada acerca de sua adequação a um ordenamento jurídico vigente. Assim, a consulta feita aos escritórios estrangeiros teve de levar em consideração toda essa estrutura documental e operacional demandada pela linha.

Nesse modelo de formalização, o banco no exterior emite uma carta de crédito em favor do exportador brasileiro, por conta e ordem do importador, já contemplando todas as condições necessárias para seu posterior curso na linha de crédito concedida pelo BNDES, tais como número de parcelas de amortização e juros, periodicidade de pagamento, taxa de juros etc. Após sua emissão, essa carta de crédito terá seus direitos creditórios cedidos pelo exportador brasileiro ao BNDES, por meio de contrato de cessão de direitos firmado no Brasil.

A cessão dos direitos creditórios da carta de crédito deverá ser comunicada ao banco no exterior para que o pagamento da carta de crédito, uma vez realizada a exportação, seja feito diretamente ao BNDES e não mais ao exportador brasileiro. Tal comunicação é fei-

ta pelo banco mandatário da operação, o banco avisador, por meio da carta remessa, ou *remittance letter*, mediante a qual ele informa ao banco emissor, além da cessão dos direitos creditórios, o fluxo de pagamentos de principal e juros da carta. O banco no exterior, por seu turno, ao receber a *remittance letter*, manifesta sua concordância com a cessão de direitos realizada e com o cronograma de pagamentos que deverá observar. Essa manifestação é formalizada no certificado de conformidade, ou *certificate of compliance*, emitido por meio do sistema SWIFT.<sup>5</sup>

A operacionalização por meio de carta de crédito, portanto, apoia-se na estrutura documental acima descrita. Depende de um contrato de cessão de direitos creditórios, da *remittance letter* e do *certificate of compliance*.

Vale destacar que, nesse modelo de formalização da linha BNDES Exim Automático, o banco no exterior poderá, ainda, confirmar uma carta de crédito emitida por um banco que não dispõe de linha de crédito aberta com o BNDES. Por meio da confirmação da carta de crédito, o banco confirmador assumirá todos os riscos comerciais e políticos da operação, tomados originalmente pelo banco emissor da carta, devendo honrar seu crédito, uma vez cumpridos seus termos e condições.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> O sistema da Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication – SWIFT) é um sistema global de comunicação entre instituições bancárias, que visa à troca de mensagens relativas a operações bancárias. Esse sistema opera por meio de mensagens-tipo, que correspondem às operações financeiras usualmente praticadas no mercado, efetuadas em moeda estrangeira.

<sup>6</sup> A emissão da carta de crédito em alguns países africanos somente poderá ser feita por conta e ordem de um importador domiciliado no país em que está localizado o banco emissor, para o pagamento de uma exportação destinada a esse mesmo país, como é o caso da Nigéria e do Marrocos. A confirmação da carta de crédito, por seu turno, não sofre esse tipo de restrição.

A consulta aos escritórios estrangeiros, portanto, voltou-se à validação desse mecanismo operacional face aos ordenamentos jurídicos africanos em vigor. Investigou-se, desse modo, as normas de regência da carta de crédito, a legalidade dos modelos de cessão de direitos e de campos obrigatórios da carta de crédito utilizados pelo BNDES, a necessidade de obtenção de autorizações e registros, os tributos incidentes na estrutura, bem como os procedimentos de execução e cobrança dos países africanos.

### *A UCP 600 e a legislação local*

A carta de crédito é um instrumento de cobrança largamente utilizado no meio bancário internacional, que se submete a regras consolidadas e publicadas pela Câmara de Comércio Internacional (International Chamber of Commerce – ICC), organismo que busca, por meio de suas publicações, a uniformização de regras para o comércio exterior. A última versão das regras para os créditos documentários é a *Uniform Customs and Practice for Documentary Credits* (UCP 600), publicada em 2007, que representa a sexta revisão destas regras desde 1933.

Importante ressaltar, desde logo, que a adoção da UCP 600 não é impositiva, estando a critério do banco emissor estabelecer na própria carta de crédito qual é a norma aplicável. Entretanto, apesar de a eleição dessa norma ser a prática bancária, o BNDES reforça a utilização da UCP 600 como norma de regência das cartas emitidas ou confirmadas pelo banco no exterior,<sup>7</sup> numa tentativa de afastar a integral adoção de lei local estrangeira e evitar, assim, um cenário de insegurança jurídica.

Com efeito, nota-se que é comum que se verifique na legislação doméstica dos países a existência de regulamentos que disciplinam seu

---

<sup>7</sup> Nos procedimentos operacionais da linha BNDES Exim Automático foi estabelecido um modelo de preenchimento dos campos da carta de crédito reputados essenciais para o bom funcionamento da estrutura, dentre os quais o que determina a legislação aplicável à carta de crédito.

comércio exterior. Trata-se de um conjunto normativo essencialmente voltado à regulamentação de procedimentos operacionais aduaneiros, que, por vezes, se imiscui na própria regulamentação dos instrumentos do comércio exterior. É o que se observa, por exemplo, na Nigéria.

Nesse país, ainda que uma carta de crédito esteja sujeita à UCP 600, ela continuará regida por regulamentos locais, como o *Foreign Exchange Manual* e circulares expedidas pelo Banco Central da Nigéria, dos quais saltam requisitos e condições que devem ser observados pelo banco nigeriano ao emitir uma carta de crédito. Cita-se, à guisa de exemplo, a fixação da validade inicial de 180 dias da carta de crédito, período em que a mercadoria objeto de exportação deverá ser embarcada, bem como a impossibilidade de o banco nigeriano aceitar documentos de embarque expedidos anteriormente à emissão da carta de crédito. Tal paralelo não é encontrado na UCP 600, que se mostra flexível e permissiva quanto a esses aspectos, o que impõe ao BNDES especial atenção de conformidade quando da sua atuação na Nigéria.<sup>8</sup>

### *A cessão dos direitos creditórios da carta de crédito*

Não obstante a incidência pontual ou residual da legislação doméstica, é a partir da UCP 600 que a análise da linha BNDES Exim Automático formalizada pelo desconto da carta de crédito deve começar.

---

<sup>8</sup> Além das exigências trazidas pela legislação local estrangeira, o conteúdo da carta de crédito também poderá ser influenciado pela pouca familiaridade e inexperiência das autoridades de um país com esse instrumento. É o que indicaram os pareceres recebidos de Angola e Moçambique, cujos consultores recomendaram que a carta de crédito seja a mais descritiva possível, para se evitar interpretações imprecisas acerca de sua natureza jurídica. Sugeriram, desse modo, que a carta seja expressa quanto à sua irrevogabilidade e quanto ao pagamento imediato contra a apresentação de documentos, o que seria desnecessário no universo da UCP 600, em que tais características já são garantidas independentemente de disposição nesse sentido.

Assim é que se constatou que o BNDES, para receber os créditos conferidos pela carta emitida ou confirmada pelo banco no exterior, deve se valer da cessão dos direitos creditórios por ela conferidos e não da cessão da carta propriamente dita. Isso significa que o BNDES necessita de instrumento distinto da carta de crédito para formalizar a cessão de seus direitos, uma vez que, segundo as normas publicadas pela ICC, somente pode figurar na carta de crédito como seu beneficiário aquele que exporta. O BNDES deverá, portanto, firmar um contrato de cessão dos direitos creditórios da carta de crédito com o exportador brasileiro, beneficiário deste instrumento.

É importante destacar, nesse contexto, que a UCP 600 silencia quanto à lei de regência da cessão dos direitos creditórios da carta de crédito, deixando a sua eleição a critério das partes.<sup>9</sup> No caso da linha BNDES Exim Automático, tendo em vista que a cessão se opera no Brasil entre o exportador brasileiro e o BNDES, cedente e cessionário, respectivamente, a legislação brasileira foi eleita pelo BNDES como norma de regência do respectivo instrumento.<sup>10</sup> Nesse particular, ressalte-se que os consultores jurídicos de Angola e Moçambique foram enfáticos ao apontar a necessidade da indicação expressa da lei brasileira na própria carta de crédito, uma vez que, não sendo feita tal indicação, as leis angolanas e moçambicanas serão aplicadas em caráter residual, de acordo com o código civil em vigor nesses países.

Apesar de instrumentalizada por contrato firmado no Brasil, sob as leis brasileiras, a cessão deverá ser reconhecida como válida pelo banco emissor da carta de crédito, revestindo-se de legalidade no país em que está localizado. Portanto, a análise teve de se voltar novamente ao ordenamento jurídico africano, posto que a UCP 600 também si-

---

<sup>9</sup> Artigo 39 da UCP (INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE, 2007).

<sup>10</sup> O modelo de instrumento de cessão de direitos e pedido de liberação com a eleição da legislação brasileira consta dos procedimentos operacionais da linha BNDES Exim Automático.

lencia a respeito dos requisitos de validade da cessão de seus direitos, devendo, então, ser observada a legislação de cada país.

Foi nesse sentido, portanto, que os questionamentos do BNDES aos escritórios estrangeiros se voltaram: a notificação da cessão dos direitos creditórios feita por meio da *remittance letter* e a aceitação desta cessão por meio do *certificate of compliance* seriam suficientes para que o BNDES tivesse garantido o recebimento dos direitos creditórios da carta de crédito?

Na consulta aos ordenamentos jurídicos africanos, todos os pareceres apontaram, invariavelmente, como requisito básico de validade da cessão de direitos, a notificação do devedor cedido, restando, desse modo, confirmada a validade e a legalidade da estrutura documental adotada pelo BNDES nessa maneira de formalização da linha BNDES Exim Automático. Ratificou-se que a notificação do banco no exterior feita pelo banco mandatário por meio da *remittance letter* e a aceitação dessa cessão pelo banco no exterior por meio do *certificate of compliance* são suficientes para que a cessão dos direitos creditórios se opere validamente a favor do BNDES à luz da legislação dos países consultados.

### *A previsão de juros de mora*

A linha BNDES Exim Automático formalizada pelo desconto de cartas de crédito também estabelece a incidência de juros de mora sobre os valores porventura devidos e não pagos pelo banco emissor à alíquota de seis por cento ao ano.<sup>11</sup> Ciente das inúmeras controvérsias suscitadas por esse assunto, mormente em países que adotam o sistema da *common law*, investigou-se a legalidade de tal inserção

---

<sup>11</sup> A incidência de juros de mora está prevista no modelo de preenchimento dos campos da carta de crédito, constante dos procedimentos operacionais da linha de financiamento BNDES Exim Automático.

na carta de crédito, perquirindo-se ademais a existência de limites máximos legais aplicáveis à alíquota.

As respostas obtidas dos escritórios consultados convergiram para a legalidade da cobrança dos juros de mora, com algumas observações. Destaca-se, nesse contexto, o parecer recebido do Quênia que alertou quanto ao fato de os juros de mora constituírem uma penalidade, a qual normalmente não é exigível no sistema da *common law*. Não obstante essa sinalização, os consultores quenianos entendem provável que os tribunais sigam o precedente da Suprema Corte inglesa, de força persuasiva no Quênia, que permitiu o recebimento de juros de mora por seu credor. Nesse mesmo sentido, os pareceres vindos de Gana e Marrocos, apesar de reconhecerem a validade da cobrança dos juros de mora pelo BNDES, reforçaram a ideia de que, caso os tribunais considerem os juros excessivos, entendendo-os como uma penalidade, eles não serão exigíveis.

No que tange à legislação de Angola e Moçambique, ambas preveem limites máximos tanto para os juros compensatórios, quanto para os moratórios, representados por diferentes percentuais acrescidos à taxa legal aplicável, conforme a operação seja ou não segura. Em qualquer dos casos, os juros cobrados no âmbito da linha BNDES Exim Automático encontram-se abaixo desses limites.

Interessante destacar que, segundo a lei angolana, os financiamentos estipulados em dólares dos Estados Unidos da América deverão respeitar, no momento de sua celebração, os limites máximos de juros de mora estabelecidos pelo US Federal Reserve, sendo considerado usurário o que exceder esse limite. Além disso, quanto a esses financiamentos, o código civil angolano determina que seu pagamento seja feito em moeda local, aplicando-se a taxa oficial de câmbio do dia do vencimento, a não ser que acordado de outra forma pelas partes. Por isso, para garantir que o banco emissor angolano possa honrar a carta

de crédito em dólares estadunidenses, o BNDES deverá fazer constar da carta de crédito uma observação expressa nesse sentido.

### *Os tributos e a cláusula de gross up*

Também foram levantadas aos escritórios estrangeiros questões atinentes aos tributos incidentes na operacionalização da linha BNDES Exim Automático por meio de desconto de cartas de crédito. Investigou-se, nesse aspecto, a incidência tributária na emissão da carta de crédito, na cessão dos direitos creditórios e no pagamento dos valores devidos, a título de principal e juros, pelo banco emissor africano ao BNDES.

Constatou-se que em todos os países africanos analisados haverá a incidência de imposto de renda sobre os juros pagos pelo banco no exterior, genericamente denominado *withholding tax*, que deverá ser retido pelo banco africano quando de seu pagamento ao BNDES. Exceção feita nesse particular a Angola, país em que a quitação desse tributo não é realizada, tecnicamente, por retenção, mas por recolhimento direto do *quantum debeatur* pelo banco angolano. As alíquotas do imposto de renda sobre os juros pagos variam entre oito e vinte por cento nos países em questão.

Ainda sobre o pagamento de juros, foi apontada pelos consultores jurídicos a incidência de imposto de selo em Moçambique e de imposto sobre valor agregado (IVA) em Marrocos, o que onera a estrutura da linha BNDES Exim Automático nesses países.

No que tange à emissão da carta de crédito, a legislação tributária vigente em Angola e Moçambique estipula a incidência de imposto de selo, cuja alíquota varia conforme o prazo de maturação da operação. Nota-se, porém, que em Angola não há entendimento firme a respeito da natureza da carta de crédito, que poderá assim ser classificada como garantia ou operação de crédito, com reflexos nas



alíquotas aplicáveis. Por sua vez, em Moçambique, a carta de crédito é expressamente considerada operação de crédito nos termos da legislação do imposto de selo.<sup>12</sup>

De toda a sorte, a incidência de tributos na estrutura não afeta os valores a serem recebidos pelo BNDES. A linha BNDES Exim Automático formalizada pelo desconto de cartas de crédito também impõe a inserção de cláusula de *gross up* nesses instrumentos, que determina o pagamento do valor integral dos montantes de principal e juros devidos, como se não houvesse incidido tributo.<sup>13</sup> Essa cláusula, em todos os sistemas jurídicos consultados, invariavelmente, é legal e válida.

### *Registros e autorizações*

Além da análise dos aspectos estruturais, intrínsecos à linha BNDES Exim Automático à luz do ordenamento jurídico dos países africanos, investigou-se também a existência de registros e autorizações de qualquer ordem, necessários à legalidade da carta de crédito e correlata cessão de direitos creditórios.

Os países objeto dessa consulta que adotam o sistema da *common law*, quais sejam, Gana, Nigéria e Quênia, acompanhados por Marrocos, foram unânicos em afirmar a validade, eficácia e exigibilidade da carta de crédito e da cessão dos direitos creditórios, independentemente de registros e autorizações, inexistindo nesses países qualquer forma de restrição cambial.

Os consultores jurídicos quenianos ressaltaram, inclusive, que o controle cambial no país foi abolido em 1995, restando hoje apenas

---

<sup>12</sup> As alíquotas dos tributos mencionados estão discriminadas em quadro no Apêndice.

<sup>13</sup> A cláusula de *gross up* está prevista no modelo de preenchimento dos campos da carta de crédito, constante dos procedimentos operacionais da linha de financiamento BNDES Exim Automático.

a exigência de que os pagamentos a serem feitos por uma entidade queniana a um não residente sejam realizados por meio do sistema bancário oficial.

Esse mesmo cenário, contudo, não se verifica em Angola e Moçambique, países que adotam o sistema romano-germânico e que impõem o registro da carta de crédito perante as autoridades locais.

Em Moçambique, as operações que contam com carta de crédito estão sujeitas a registro perante o Banco de Moçambique (BM), autoridade que controla o comércio exterior no país por meio da expedição de ordens e instruções. Esse registro deve ser feito pelo banco emissor da carta de crédito, uma vez concluída a operação, não restando o pagamento da carta condicionado a tal registro. A cessão dos direitos creditórios relativos à carta de crédito registrada também deverá ser levada a conhecimento do BM pelo banco emissor, que emendará o registro correlato para indicar o BNDES como novo credor da carta.

Em Angola, por seu turno, a emissão e pagamento de uma carta de crédito envolvendo um residente angolano e um não residente, como é o caso das operações cursadas no âmbito da linha BNDES Exim Automático, estão sujeitas à aprovação prévia pelo Banco Nacional de Angola (BNA), uma vez classificadas como operações de capital ou como importação de bens, cujo prazo de pagamento seja igual ou superior a trezentos e sessenta dias. A obtenção dessa aprovação está condicionada à entrega pelo residente angolano da documentação necessária a tal efeito para o BNA, sendo certo que ele detém poderes discricionários para aprovar a operação. Nesse particular, os consultores jurídicos ponderaram que a carta enviada pelo BNDES ao banco angolano comunicando a abertura da linha de crédito e as condições financeiras aprovadas no âmbito da linha BNDES Exim Automático poderá ser apresentada ao BNA para a obtenção de uma aprovação prévia às operações que serão cursadas futuramente nessa linha.

### *A cobrança em juízo*

A análise do BNDES Exim Automático à luz dos ordenamentos jurídicos em comento também investigou o procedimento de cobrança da carta de crédito perante as cortes africanas, uma vez não honrada pelo banco emissor.

De acordo com os consultores jurídicos de Angola e Moçambique, o processo de execução nesses países demanda a existência de um título executivo. Assim, para que um instrumento como a carta de crédito seja imediatamente executável nos tribunais angolanos e moçambicanos, é necessária uma escritura pública ou documento equivalente, confeccionado perante um notário público. Além disso, no caso da carta de crédito, tendo em vista que ela consubstancia uma obrigação de pagamento irrevogável e incondicional, também será imprescindível a notarização de assinaturas. De outra forma, restará ao credor instaurar um processo declaratório para obter o reconhecimento do seu crédito por uma sentença que, ao transitar em julgado, poderá dar ensejo a um processo de execução.

A operacionalização da linha BNDES Exim Automático, conforme explicada anteriormente, circunscreve-se a uma série de documentos que tramitam primordialmente por meio do SWIFT, inexistindo interferência de notários públicos nesse processo, nem assinatura de documentos. Desse modo, uma vez não paga a carta de crédito pelo banco angolano ou moçambicano, o BNDES terá de se valer de um processo declaratório para reconhecimento de seu crédito e somente após a obtenção de uma sentença favorável transitada em julgado é que poderá validamente cobrá-lo. O prazo para a interposição da ação em ambos os países é de vinte anos.

Nos demais países africanos analisados, os consultores jurídicos afirmaram a possibilidade da cobrança judicial direta da carta de

crédito não honrada, variando o prazo prescricional nesses países entre cinco e seis anos.

Vale ressaltar que o não pagamento da carta de crédito também poderá ser motivado pela quebra do banco emissor, o qual entrará em um procedimento de liquidação com ritos específicos, conforme o ordenamento jurídico em vigor no país.

Assim, a consulta realizada também investigou tais procedimentos vigentes nos países africanos, sendo certo que o BNDES poderá ter reconhecido o seu crédito, uma vez que o comprove documentalmente. Essa prova, a depender da legislação do país, poderá ser feita por meio da apresentação da carta de crédito e do *Certificate of Compliance*, como também por meio de declarações, juramentadas ou não, prestadas pelo BNDES. De toda sorte, o crédito do BNDES será sempre quirografário e somente será quitado após o pagamento dos créditos com garantias e privilégios.

Por fim, os consultores jurídicos também apontaram a necessidade de tradução dos documentos, quando emitidos no exterior em língua estrangeira, para serem apresentados como prova em juízo ou perante as autoridades locais. Em alguns países, tais documentos também deverão passar por um processo de notarização e consularização<sup>14</sup> e até mesmo ser selados, conforme a legislação em vigor.

---

<sup>14</sup> A depender da legislação em vigor, os documentos produzidos no exterior, para terem validade perante terceiros ou autoridades governamentais em outro país, devem passar por um processo de notarização e consularização. A notarização é o reconhecimento de firma por um notário no país em que o documento foi produzido e a consularização, por seu turno, representa a certificação de que esse notário tem poderes para reconhecer firmas, feita pelo consulado do país onde se pretende ter o documento validado.

## Considerações finais

A linha BNDES Exim Automático vem se firmando como importante instrumento de apoio às exportações brasileiras de bens, notadamente de bens de capital, no âmbito do produto BNDES Exim Pós-embarque, e sua expansão depende cada vez mais de um maior conhecimento pela AEX dos ordenamentos jurídicos vigentes no mundo.

Com efeito, a análise da viabilidade operacional da linha BNDES Exim Automático à luz da legislação estrangeira revela-se de extrema importância para seu fomento nos diversos países, pois permite a adequação dos instrumentos utilizados pelo BNDES e lhe confere maior segurança jurídica na análise de operações e na negociação de novas parcerias operacionais.

Os pareceres emitidos pelos escritórios de advocacia estrangeiros, além de terem corroborado a estrutura proposta, apontaram as peculiaridades existentes nos seis ordenamentos jurídicos africanos consultados, das quais se procurou destacar as mais relevantes para apresentação.

Apesar de confirmada a suficiência e adequação da estrutura documental que circunda a linha BNDES Exim Automático formalizada pelo desconto de cartas de crédito, verificou-se a necessidade de se atentar, por exemplo, às exigências da legislação nigeriana, que impõe uma série de condições a serem previstas na carta de crédito. Nesse mesmo sentido, as leis de Angola e de Moçambique determinam a indicação expressa da norma de regência nos casos em que a UCP 600 é omissa. Essas e outras peculiaridades trazidas pela legislação africana certamente deverão ser consideradas pelo BNDES quando da atuação nesses países.

Além disso, o conhecimento dos tributos incidentes na operacionalização da estrutura também permitiu ao BNDES obter excelente parâmetro acerca da onerosidade afeta à linha nos países africanos, principalmente no que tange ao pagamento de juros pelo banco emissor da carta de crédito ao BNDES.

Por fim, cabe destacar que a necessidade de aprovação prévia da emissão e do pagamento da carta de crédito pelo Banco Nacional de Angola demandará atuação planejada do BNDES, de forma a garantir a celeridade desse instrumento de apoio às exportações brasileiras. Por isso, a AEX deverá atuar a partir da abertura da linha de crédito ao banco angolano, buscando obter as aprovações e os registros necessários.

A consulta aos ordenamentos jurídicos estrangeiros, portanto, mostra, por si só, a sua relevância para o fomento da linha BNDES Exim Automático nos países africanos. Essa análise permitiu mais uma vez à AEX aprofundar seus conhecimentos legais de comércio exterior e, mais importante, aprimorar seus instrumentos de colaboração financeira, de modo a garantir o alcance das metas e estratégias do BNDES para o setor.

## Apêndice

Quadro 1

### Registros e autorizações

Angola	Gana	Marrocos	Moçambique	Nigéria	Quênia
Aprovação prévia da emissão e pagamento da carta de crédito pelo Banco Nacional de Angola	-	-	Registro da operação com carta de crédito e da cessão dos direitos creditórios perante o Banco de Moçambique	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2

### Prescrição da ação de cobrança da carta de crédito

Angola	Gana	Marrocos	Moçambique	Nigéria	Quênia
20 anos	6 anos	5 anos	20 anos	6 anos	6 anos

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3

### Requisitos para a apresentação de documentos em juízo

	Angola	Gana	Marrocos	Moçambique	Nigéria	Quênia
Tradução juramentada	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Notarização e consularização	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Imposto de selos	-	-	-	Sim	Sim	-

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4

**Juros de mora**

Angola	Gana	Marrocos	Mozambique	Nigéria	Quênia
Válidos	Válidos	Válidos	Válidos	Válidos	Poderão não ser exigíveis pois
Taxa máxima: US Federal Reserve	Poderão ser considerados penalidade, se muito altos	Poderão ser considerados penalidade, se muito altos	Taxa máxima: 19% crédito segurado ou 21% crédito não segurado.	Deverão seguir os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central da Nigéria	constituem penalidade Precedente da Suprema Corte inglesa

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5

**Tributos incidentes sobre o pagamento de juros**

	Angola	Gana	Marrocos	Mozambique	Nigéria	Quênia
<i>Withholding Tax</i>	15%	8%	10%	20%	10%	15%
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	20%	-	-	-
Imposto de selos	-	-	-	2%	-	-

Fonte: Elaboração própria.



## Quadro 6

### Imposto de selos incidente sobre a emissão da carta de crédito

<b>Maturação</b>	<b>Angola (garantia)</b>	<b>Angola (crédito)</b>	<b>Moçambique</b>
< 1 ano	0,3%	0,5%	0,03%
1 a 5 anos	0,2%	0,4%	0,4%
> 5 anos	0,1%	0,3%	0,5%

Fonte: Elaboração própria.

## Quadro 7

### Recomendações

<b>País</b>	<b>Recomendações</b>
<b>Angola</b>	Indicar a lei de regência para os casos omissos da UCP 600 Carta de crédito deve ser o mais descritiva possível
<b>Gana</b>	Indicar no contrato comercial referente à operação de exportação que seu pagamento será feito por meio de carta de crédito regida pela UCP 600
<b>Marrocos</b>	-
<b>Moçambique</b>	Indicar a lei de regência para os casos omissos da UCP 600 Carta de crédito deve ser o mais descritiva possível
<b>Nigéria</b>	Observar as condições impostas pelos regulamentos aduaneiros, como o Foreign Exchange Act e circulares do Banco Central da Nigéria
<b>Quênia</b>	-

Fonte: Elaboração própria.

## Referências

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*.

São Paulo: Martins Fontes, p. 617–652, 2002.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE. *UCP 600: uniform customs and practice for documentary credits*. Paris: ICC, 2007.